



Ministério da Integração Nacional

PROGRAMA DE  
APOIO TÉCNICO ÀS PREFEITURAS  
NA ELABORAÇÃO DOS SEUS PLANOS DIRETORES  
PBA-11



Projeto  
**São Francisco**  
Água a quem tem sede

## ÍNDICE

<b>11.PROGRAMA DE APOIO TÉCNICO ÀS PREFEITURAS PARA ELABORAÇÃO DE SEUS PLANOS DIRETORES .....</b>	<b>2</b>
<b>11.1 Introdução .....</b>	<b>2</b>
<b>11.2 Justificativa .....</b>	<b>3</b>
<b>11.3 Objetivos .....</b>	<b>4</b>
<b>11.4 Metas .....</b>	<b>5</b>
<b>11.5 Indicadores Ambientais .....</b>	<b>5</b>
<b>11.6 Público-Alvo.....</b>	<b>5</b>
<b>11.7 Metodologia para elaboração do Plano Diretor Municipal.....</b>	<b>7</b>
11.7.1 Fases de Elaboração do Plano Diretor .....	7
11.7.2 Etapas de Elaboração Técnica do Plano Diretor .....	10
<b>11.8 Inter-Relação com Outros Programas.....</b>	<b>12</b>
<b>11.9 Instituições Envolvidas .....</b>	<b>14</b>
11.9.1 Esfera Federal .....	14
11.9.2 Esfera Estadual.....	14
11.9.2.1 Estado do Ceará .....	14
11.9.2.2 Estado de Pernambuco .....	15
11.9.2.3 Estado da Paraíba.....	15
11.9.2.4 Esfera Municipal.....	16
<b>11.10 Atendimentos a Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos.....</b>	<b>16</b>
<b>11.11 Recursos Necessários .....</b>	<b>16</b>
11.11.1 Recursos Humanos .....	16
11.11.2 Recursos Materiais .....	16
<b>11.12 Recursos Financeiros .....</b>	<b>17</b>
<b>11.13 Cronograma Físico.....</b>	<b>17</b>
<b>11.14 Responsáveis pela Implementação do Programa .....</b>	<b>17</b>
<b>11.15 Responsável pela Elaboração do Programa .....</b>	<b>18</b>
<b>11.16 Responsável pela Revisão do Programa .....</b>	<b>18</b>
<b>11.17 Bibliografia .....</b>	<b>18</b>
<b>11.18 Anexo .....</b>	<b>18</b>



## **11. PROGRAMA DE APOIO TÉCNICO ÀS PREFEITURAS PARA ELABORAÇÃO DE SEUS PLANOS DIRETORES**

### **11.1 Introdução**

As obras referentes aos Trechos I, II e V do PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional incidirão sobre o território de quinze municípios distribuídos pelos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba. Contrabalançando os significativos benefícios potenciais do projeto para sua Área de Influência (Direta e Indireta), é nesses municípios, isto é, ao longo da Área Diretamente Afetada (ADA), que estará concentrada a manifestação inicial dos principais aspectos adversos relacionados às obras e à operação do empreendimento.

Alguns desses inconvenientes, previsíveis com razoável segurança, podem ser evitados ou minimizados através de medidas específicas conforme apontadas pelo EIA/RIMA. Outros são de baixa previsibilidade ou de difícil controle, como a afluência de pessoas de fora em busca de emprego e a própria apreensão motivada, entre os habitantes locais, face às possíveis mudanças em suas rotinas pela presença das obras e, futuramente, a operação do empreendimento.

Por outro lado, adquire o caráter regulador, no planejamento ambiental de grandes obras públicas, a aplicação do conceito de “inserção regional harmônica”, segundo o qual se deve aproveitar a oportunidade criada pela intervenção prevista, freqüentemente perturbadora em seu momento inicial, para programar e executar ações de interesse das comunidades afetadas de modo a facilitar a percepção da presença governamental como portadora de benefícios e não apenas como agente da apropriação simples e imediata dos recursos locais visando ao atendimento às necessidades de populações outras ou à geração de benefícios incertos e ainda de manifestação temporalmente distante.

Do ponto de vista conceitual, portanto, a implementação deste Programa decorre da intenção de compensar, por um lado, os impactos (ainda que difusos) causados pelo empreendimento sobre a estrutura dos municípios diretamente envolvidos e, conseqüentemente, sobre sua respectiva população e, por outro, promover a inserção regional harmônica da ação pública.



Já no plano institucional, ou seja, considerando a estratégia governamental de se estabelecer um Programa de ações voltado para o “Apoio Técnico às Prefeituras para elaboração de seus Planos Diretores”, a sua implementação é decorrente:

- das reconhecidas dificuldades por que passam, de modo geral, as municipalidades do interior do Nordeste para o desempenho de suas funções, em especial para dar conta da elaboração desta importante ferramenta de planejamento;
- da consciência da importância das responsabilidades sociais dessas administrações municipais para com o bem-estar de suas populações;
- da conveniência de envolver no processo o sistema político-administrativo da região, de modo a favorecer a representatividade social na seleção e implementação das ações do Programa; e
- da oportunidade de se recorrer à estrutura técnico-administrativa das municipalidades, de modo a promover o empoderamento da mesma, tanto na fase de planejamento quanto na fase posterior de implementação das diretrizes e ações que vierem a constar no Plano Diretor.

## **11.2 Justificativa**

Empreendimentos que se configuram como obras lineares de grande porte e extensão regional interagindo diretamente com centros urbanos/núcleos rurais e com os próprios sistemas de infra-estrutura e redes de equipamentos/serviços urbanos implantados, como se verifica em relação ao Projeto de Integração do São Francisco - PISF, requerem, para a sua adequada consecução, a elaboração do planejamento urbano, por meio de um processo participativo na elaboração do Plano Diretor propondo ações concretas a eles complementares, seja de caráter projetual ou setorial, além do apoio institucional, que possam minimizar os impactos negativos decorrentes das fases de implantação e operação sobre esses mesmos centros/núcleos, sistemas de infra-estrutura e redes de equipamentos/serviços urbanos.



Considerando o enunciado anteriormente se priorizou, na primeira fase deste programa, o apoio para elaboração do Plano Diretor ao conjunto dos municípios seccionados pelas obras ao longo dos Trechos I, II e V do empreendimento (ADA) e que ainda não contavam com Plano Diretor elaborado:

- Trecho I: municípios de Cabrobó, Salgueiro e Verdejante, no Estado de Pernambuco, e Penaforte, no Estado do Ceará.
- Trecho II: municípios de Jati, Mauriti e Barro, no Estado do Ceará, e Monte Horebe e São José de Piranhas, no Estado da Paraíba.
- Trecho V: municípios de Floresta, Betânia, Custódia e Sertânia, no Estado de Pernambuco.

Face à grande proximidade da sede do município de Terra Nova (PE) ao local de uma das obras previstas (a área de construção do Reservatório Terra Nova, localizado no Trecho I), o mesmo foi também incluído na primeira fase de implantação do empreendimento.

A revisão deste programa apresenta a relação dos 33 demais municípios que nesta outra fase, a ser iniciada em 2011, deverão ser apoiados, pelo Ministério da Integração Nacional, na elaboração dos seus Planos Diretores.

O apoio à elaboração de Plano Diretor se justifica pelas razões expostas anteriormente que apontam a necessidade de dotar esses municípios, integrantes da AID, distribuídos nos eixos Leste e Norte, deste importante instrumento regulador do planejamento e da gestão municipal.

Deverão ser percebidas as possíveis “centralidades” específicas relacionadas a cada um dos aspectos a serem inventariados e aquelas que se constituirão em um âmbito de referência local ou regional no conjunto desses aspectos e no conjunto dos municípios em questão.

### **11.3 Objetivos**

O objetivo geral do Programa de Apoio Técnico às Prefeituras para elaboração dos seus Planos Diretores é possibilitar a criação de ações estratégicas que deverão ser implementadas pelo Poder Público visando o reforço da infra-estrutura, serviços e dos



instrumentos de gestão administrativa nas municipalidades consideradas, de modo a equipá-las para responder às possíveis demandas que advirão com a implantação do empreendimento, garantindo-se que as mesmas não afetem prejudicialmente a estabilidade dos centros urbanos envolvidos, assim como o bom desenvolvimento das atividades concernentes às obras.

Neste sentido, o presente Programa, também nesta fase, busca o estabelecimento de bases técnicas para suporte ao processo de entendimento que deverá ser empreendido entre o Ministério da Integração Nacional e os diversos órgãos e instituições nas três esferas governamentais para que essa finalidade seja atingida através da elaboração dos Planos Diretores Municipais que estão sendo propostos, com o objetivo de propiciar a melhoria das condições instrumentais para o planejamento e gestão municipal face à nova realidade que será instaurada a partir da implantação do projeto de integração de bacias.

#### **11.4 Metas**

- Apoiar a elaboração de 09 Planos Diretores Municipais no Eixo Leste;
- Apoiar a elaboração de 24 Planos Diretores Municipais no Eixo Norte.

#### **11.5 Indicadores Ambientais**

- Número de Planos Diretores Municipais elaborados.

#### **11.6 Público-Alvo**

O público alvo a ser beneficiado por este Programa, em todas as suas fases, será a população dos municípios da AID dos trechos I, II e V, as quais, dado o seu caráter e abrangência (isto é, o seu alcance), conforme já comentado, não se restringem, em seu conjunto, a um número seletivo de beneficiários, mas a uma população beneficiária como um todo.

Por outro lado, considerando-se que a espacialização dessas ações se concentra nos centros urbanos, pode-se aferir que o público alvo diretamente atendido pelo Programa é formado pelas populações das sedes municipais contemplados pelos benefícios de ter uma cidade que se desenvolve a partir de um Plano Diretor.



Por outro lado, face ao porte do empreendimento, todas as sedes dos municípios envolvidos estão, em graus diferenciados, sujeitas aos impactos das obras.

Deste modo, o público alvo é constituído pelo total da população dos municípios em questão, isto é, de 356.913 pessoas.

Os municípios a serem atendidos estão relacionados no quadro 11.1.

Quadro 11.1. Municípios que terão seus Planos Diretores elaborados.

EIXO	TRECHO	ESTADO	MUNICÍPIO	
NORTE	TRECHO I	PERNAMBUCO	Serrita	
			Mirandiba	
• NORTE	TRECHO II	CEARÁ	Aurora	
	TRECHO II	PARAÍBA	Missão Velha	
			Aparecida	
			Cachoeira dos Índios	
			Coremas	
			Marizópolis	
			Nazerinho	
			Paulista	
			São Domingos de Pombal	
			São João do Rio do Peixe	
			Piancó	
			Santa Helena	
			NORTE	TRECHO II
	Riacho dos Cavalos			
Triunfo				
Uiraúna				
RIO GRANDE DO NORTE	Itajá			
	Jardim de Piranhas			
	Jucurutu			
	Santana do Matos			
	São Fernando			
	São Rafael			
LESTE	TRECHO V	PARAÍBA	Barra de São Miguel	
			Boqueirão	
			Cabaceiras	
			Camalaú	
			Caraúbas	
	Congo			
	TRECHO V		PARAÍBA	São Domingos do Cariri
				Aguiar
				Bom Jesus



## **11.7 Metodologia para elaboração do Plano Diretor Municipal**

A Metodologia a ser adotada está conforme determina o Estatuto da Cidade, e o Ministério das Cidades, envolvendo o corpo técnico das prefeituras e construído essencialmente de forma participativa, com estímulo a participação cidadã, buscar-se-á incorporar também os princípios da Agenda 21 na elaboração dos Planos Diretores. O processo de elaboração do Plano Diretor deve ser democrático e tecnicamente bem desenvolvido pela municipalidade, a qual terá a responsabilidade, em última instância, de encaminhar e coordenar todas as ações desse processo de modo que o produto elaborado atenda aos anseios da sociedade e sirva adequadamente aos seus propósitos.

### **11.7.1 Fases de Elaboração do Plano Diretor**

As fases de trabalho (ou atividades) que organizam esse processo como um todo, e às etapas técnicas que conduzem a elaboração do documento do Plano Diretor propriamente dito, estão dispostas a seguir:

- Fase 1: Formação dos Grupos de Trabalho

Compreende a seleção dos técnicos – técnicos consultores e técnicos das municipalidades – que, reunidos em grupos temáticos de trabalho, estarão envolvidos em todo o processo de elaboração e implementação do Plano Diretor.

- Fase 2: Estruturação da Atuação dos Grupos de Trabalho

1. Compreende a discriminação das atribuições e organização da forma de atuação desses grupos de trabalho no processo de consecução das atividades previstas.
2. Reuniões técnicas com as Prefeituras buscando definir conceitos e metodologias de acordo com os princípios e objetivos do Plano, identificar as diretrizes de desenvolvimento e as indicações, sob a perspectiva da municipalidade, para a elaboração do Plano.

- Fase 3: Elaboração Técnica do Plano Diretor





Compreende o processo de estudos técnicos e de elaboração do documento do Plano Diretor iniciando por pesquisa junto aos órgãos setoriais para coletar dados secundários com o objetivo de sistematizar e analisar os dados, mapear as informações, elaborar relatórios setoriais, identificar problemas, analisar e sintetizar as informações geradas considerando-se as seguintes etapas:

- a) Levantamento de Dados
- b) Processamento e Análise de Dados
- c) Elaboração do Diagnóstico Municipal
- d) Elaboração do Prognóstico Municipal
- e) Definição de Diretrizes

O diagnóstico a ser realizado deverá apontar os recursos disponíveis nas municipalidades, que possibilite a elaboração do Plano Diretor e sua conseqüente implementação, à partir de extensiva entrevista com o corpo técnico disponibilizado pelas municipalidades para prestar as informações necessárias que possam compor um quadro das potencialidades e fragilidades de cada Município.

- Fase 4: Discussão com a Sociedade Civil

Mobilização da comunidade local por meio de: mobilização de lideranças locais dos diversos segmentos, realização de atividades para informação e capacitação, ações de divulgação e realização de fóruns locais. Compreende a organização da logística do processo de participação da sociedade visando à apresentação técnica do documento elaborado junto às instâncias representativas a fim de que seja realizada a sua ampla discussão, o qual poderá vir a ser revisado em conseqüência do que for decidido nesse fórum. Consideram-se as seguintes etapas:

- a) Organização do Processo Participativo

Compreende a convocação das entidades representativas da sociedade e o planejamento do desenvolvimento do processo de discussão em todas as suas etapas, provendo-se os



recursos para a sua realização, estabelecendo-se a sua estrutura logística, estipulando-se a agenda a ser cumprida, prevendo-se os meios materiais de suporte necessários para a sua consecução, envolvendo-se a participação da mídia para a sua divulgação e apoio etc.

#### b) Capacitação da Participação

Compreende a capacitação dos representantes das entidades participante desse processo, envolvendo a divulgação prévia do documento elaborado para que possam analisá-lo previamente, bem como o esclarecimento acerca da estrutura e da discussão que se pretende realizar.

#### c) Preparação da Apresentação

Compreende o planejamento da apresentação do documento elaborado, isto é, a definição da estratégia a ser adotada para que o documento elaborado possa ser bem compreendido pelo público.

- Fase 5: Consolidação do Plano Diretor

Compreende a sua consolidação para aprovação após ter se procedido às revisões solicitadas, isto é, a sua formatação como instrumento legal e a elaboração dos demais instrumentos legais complementares pertinentes à implementação das diretrizes estabelecidas nas seguintes etapas;

1. Elaboração do documento preliminar com o perfil do Município – Potencialidades e Problemas a partir da formulação da problemática urbano-territorial do município e elaboração do documento síntese como base para as proposições do plano;
2. Elaboração da proposta preliminar do Plano Diretor com formulação dos objetivos, diretrizes de desenvolvimento local e subprogramas.
3. Reuniões técnicas para discussão da Proposta para avaliação preliminar pelas autoridades e segmentos representativos da sociedade com base nas oficinas e fóruns de discussão participativa e contribuições de conteúdo.



4. Anteprojeto de Lei com a redação do anteprojeto do Plano para ser entregue ao Executivo Municipal que deve enviar à Câmara Municipal para análise, debate e votação.

- Fase 6: Aprovação do Plano Diretor

Compreende a sua apresentação à Câmara de Vereadores Municipal para que seja analisado e posteriormente aprovado.

Após esta fase, inicia-se o processo de implementação e a gestão propriamente dita do Plano Diretor, a cargo da Prefeitura Municipal, que compreende a divulgação e absorção do documento elaborado e de sua aplicação cuidadosa pelo corpo técnico da administração municipal e institucional vinculado de modo a se efetivar adequadamente a sua paulatina implementação no cumprimento das determinações por ele estabelecidas.

### **11.7.2 Etapas de Elaboração Técnica do Plano Diretor**

Deverão ser observadas as seguintes etapas referentes à elaboração técnica do Plano Diretor, as quais correspondem às Fases de Atividades 3, 4 e 5 acima descritas.

#### **Etapa 1: Levantamento de Dados**

Objetivará o levantamento de informações visando à elaboração de um Diagnóstico acerca da situação atual do Município concernente aos seguintes aspectos, entre outros de relevância para cada realidade em questão:

##### **a) Aspectos Geobiofísicos**

Deverão ser investigados, entre outros, aspectos como: geologia, geomorfologia, pedologia, recursos hídricos, cobertura vegetal, fauna, flora, e Unidades de Conservação.

##### **b) Aspectos Sócio-Econômicos**



Deverão ser investigados, entre outros, aspectos como: dinâmica populacional, economia, educação, saúde, habitação, segurança pública, transporte coletivo, cultura, patrimônio histórico e arqueológico, e organização social.

c) Aspectos de Infra-Estrutura

Deverão ser investigados, entre outros, aspectos como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, coleta e disposição de lixo, suprimento e distribuição de energia elétrica, iluminação pública, suprimento e distribuição de gás, e transportes.

d) Aspectos Urbanísticos

Deverão ser investigados, entre outros, aspectos como: uso e ocupação do solo, parcelamento do solo, e equipamentos urbanos.

e) Aspectos Legais

Deverão ser investigados, entre outros, aspectos como: legislação urbanística e ambiental municipal.

f) Aspectos Institucionais Administrativos

Deverão ser investigados, entre outros, aspectos como: composição e funcionamento da estrutura administrativa, relação institucional com as esferas estadual e federal, e plano e programas existentes nas diversas áreas de atuação.

**Etapa 2: Processamento e Análise de Dados**

Objetivará o processamento e análise conjunta das informações coletadas.

**Etapa 3: Elaboração do Diagnóstico Municipal**

Objetivará a consolidação do documento de diagnóstico da situação atual do Município.



#### **Etapa 4: Elaboração do Prognóstico Municipal**

Objetivar, a partir do diagnóstico consolidado, o exercício da projeção de cenários futuros para o Município – construídos considerando ou não a implementação de um Plano Diretor - de modo a gerar-se um quadro situacional abrangente a partir do qual se estabeleçam as estratégias a serem adotadas para a concepção das diretrizes.

#### **Etapa 5: Definição de Diretrizes**

Objetivar a definição das medidas diretivas recomendáveis para o Município em função do que foi diagnosticado e prognosticado, devendo estas medidas ser consolidadas, em linhas gerais, no seguinte âmbito temático:

- Diretrizes Ambientais
- Diretrizes de Desenvolvimento Econômico
- Diretrizes de Desenvolvimento Social
- Diretrizes de Ordenamento Físico-Territorial
- Diretrizes Institucionais Administrativas

#### **Etapa 6: Discussão com a Sociedade Civil**

Já mencionado.

#### **Etapa 7: Consolidação do Plano Diretor**

Já mencionado.

### **11.8 Inter-Relação com Outros Programas**

Não é verificado um grande nível de interferência ou interdependência entre este Programa e as demais ações relacionadas no Plano Básico Ambiental do empreendimento, embora sua execução possa condicionar o alcance dos objetivos de alguns Programas e sua eficácia possa ser condicionada pela consecução de alguns deles.



Sendo assim, algumas inter-relações podem ser claramente identificadas com os seguintes Programas, tais como:

- Plano Ambiental de Construção (PAC), no sentido de que este envolverá o detalhamento de providências que objetivarão a minimização das inconveniências que podem ser provocadas pelas obras aos centros urbanos.
- Programa de Comunicação Social, no sentido de que este envolverá ações de intermediação entre o empreendedor e o público em geral visando à divulgação dos Programas elaborados.
- Programa de Educação Ambiental, no sentido de que este envolverá a sensibilização da população para a importância da otimização dos investimentos que estarão sendo realizados por meio deste Programa de Apoio Técnico às Prefeituras para elaboração dos Planos Diretores.
- Programa de Implantação de Infra-Estrutura de Abastecimento de Água às Populações ao Longo dos Canais, no sentido de que este envolverá o atendimento direto às demandas hídricas, base para o planejamento do sistema de abastecimento de água prevista por este Programa.
- Programa de Controle de Saúde Pública, no sentido de que este ainda envolverá as questões da violência e dos acidentes de trânsito e de que, servirá para identificar a necessidade de infra-estrutura física/serviços de saúde a serem previstos neste Programa.
- Programa de Apoio ao Saneamento Básico, no sentido de que este envolverá o estabelecimento medidas em um nível macro que deverão ser complementadas por aquelas que estão sendo previstas na área de saneamento básico por este Programa.
- Programa de Relocação das Infra-Estruturas a serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento, no sentido de que este envolverá, principalmente, interferências com as vias de acesso aos centros urbanos/núcleos rurais, sejam rodovias federais, estaduais e vicinais.



## 11.9 Instituições Envolvidas

A adequada implementação deste Programa condiciona-se às parcerias que deverão ser concretizadas através de negociações realizadas, inicialmente, no próprio âmbito do Governo Federal – a partir da coordenação do Ministério da Integração Nacional – envolvendo outros Ministérios, principalmente o Ministério das Cidades, Secretarias Especiais e outros órgãos federais, bem como as demais esferas de governo, estadual – dos Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba – e municipal.

### 11.10.1 Esfera Federal

Na esfera federal poderão ser envolvidos os seguintes Ministérios e órgãos, dentre outros:

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ministério das Cidades
- SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- Universidade Federal do Ceará
- Universidade Federal da Paraíba
- Universidade Federal de Pernambuco
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

### 11.10.2 Esfera Estadual

Na esfera estadual poderão ser envolvidos as seguintes Secretarias de Estado e órgãos, dentre outros:

#### 11.10.2.1 Estado do Ceará

- Secretaria do Planejamento e Coordenação
- Secretaria da Saúde



- Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
- CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará
- DER - Departamento de Estradas de Rodagem
- Fundação Universidade Estadual do Ceará

#### **11.10.2.2 Estado de Pernambuco**

- Secretaria de Desenvolvimento Urbano
- Secretaria da Infra-Estrutura
- Secretaria do Planejamento
- Secretaria da Saúde
- Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
- COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento
- DER – Departamento de Estradas de Rodagem

#### **11.10.2.3 Estado da Paraíba**

- Secretaria de Planejamento
- Secretaria da Saúde
- CAGEPA – Companhia de Água e Esgoto do Estado da Paraíba
- DER – Departamento de Estradas de Rodagem
- IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
- Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento da Paraíba.

#### **11.10.2.4 Estado do Rio Grande do Norte**

- Secretaria de Planejamento
- Secretaria da Saúde





- CAERN – Companhia de Água e Esgoto do Estado do Rio Grande do Norte
- DER – Departamento de Estradas de Rodagem

#### **11.10.2.5 Esfera Municipal**

Na esfera municipal deverão ser envolvidos todos os organismos que constituem a estrutura institucional da gestão administrativa municipal.

#### **11.10 Atendimentos a Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos**

Deverão ser observados para a consecução do Programa:

- O conjunto da legislação urbanística municipal.
- O conjunto da legislação ambiental (federal, estadual e municipal).
- As diretrizes específicas ou instruções técnico-normativas encaminhadas pelos órgãos e instituições relacionadas.

#### **11.11 Recursos Necessários**

Para suporte à execução deste Programa serão necessários os recursos humanos e materiais descritos a seguir.

##### **11.12.1 Recursos Humanos**

Para a elaboração do programa é importante a contratação de equipe técnica qualificada e multidisciplinar, neste sentido, é aconselhável que venha a ser contratada empresa especializada para realizar essa tarefa, as quais terão melhores condições de atender aos prazos e à qualidade técnica exigida.

##### **11.12.2 Recursos Materiais**

- Bases cartográficas (topográficas e planialtimétricas cadastrais) atuais (ou recentes) que deverão ser fornecidas pelo órgão gestor da implantação do Programa.
- Dados secundários a serem obtidos juntos aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.



- Material de informática e de consumo de maneira geral.
- Material de divulgação.
- Espaços para reuniões públicas de discussão do Plano Diretor.

### **11.12 Recursos Financeiros**

Os recursos necessários para o apoio técnico às prefeituras para elaboração dos planos diretores deverá ser disponibilizado pelo Ministério da Integração, por meio de contratação de empresa para prestação do serviço.

### **11.13 Cronograma Físico**

O cronograma físico para a execução do Programa de Apoio Técnico às Prefeituras para elaboração dos Planos Diretores é apresentado no Anexo I.

### **11.14 Responsáveis pela Implementação do Programa**

O órgão responsável pela supervisão da execução e monitoramento final do Programa, bem como pelo seu financiamento, é o Ministério da Integração Nacional, observando-se que outros atores intervenientes, nas esferas federal, estadual e municipal estarão engajados, sendo que a aprovação e implementação do Plano Diretor é de responsabilidade das Prefeituras.

O Ministério de Integração Nacional, por meio de empresa contratada, e as Prefeituras deverão prover os recursos humanos e materiais previstos que lhe couberem.

Por outro lado, o gerenciamento da execução do Programa será realizado pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da equipe Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

A atividade de gerenciamento deverá envolver o contato permanente com as Prefeituras beneficiadas e o desenvolvimento de atividades administrativas visando:

- viabilizar a implementação inicial das ações mediante a tomada de todas as providências conjuntas junto às Prefeituras no sentido de formalizar as cooperações;



- manter registros atualizados de todas as atividades e dos fluxos relativos ao Programa.

O acompanhamento deverá ser feito mediante a elaboração de relatórios mensais de progresso que deverão conter: o relato de todas as atividades e eventos relevantes do período e os avanços deverão constar dos Relatórios Semestrais enviados ao Ibama.

### **11.15 Responsável pela Elaboração do Programa**

Mario Trompowsky: Arquiteto Urbanista – CREA-RJ 82-1-06705-3-D

### **11.16 Responsável pela Revisão do Programa**

Coordenação do Ministério da Integração: Engenheira Civil Telma Rocha Torreão, cadastro técnico federal no IBAMA nº 5126238.

Engenheiro Civil Davi Tadeu B. Marwell

Engenheiro Civil Júlio César Sebastini Kunzler

Coordenação da CMT Engenharia Ltda: Engenheiro Civil João Bosco Senra, cadastro técnico federal no IBAMA nº 139.144.

### **11.17 Bibliografia**

Não foi utilizada bibliografia para a elaboração deste Programa.

### **11.18 Anexo**

**Anexo 11.1:** Cronograma Físico.

**Anexo 11.2:** Mapa com localização dos Municípios beneficiários da nova etapa.



## **Anexo 11.1: Cronograma Físico**



**PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRAFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL**

**CRONOGRAMA MASTER**

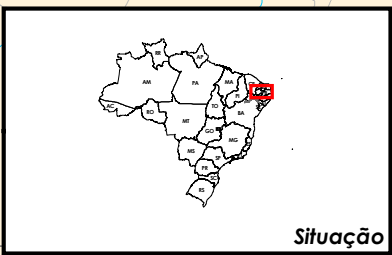
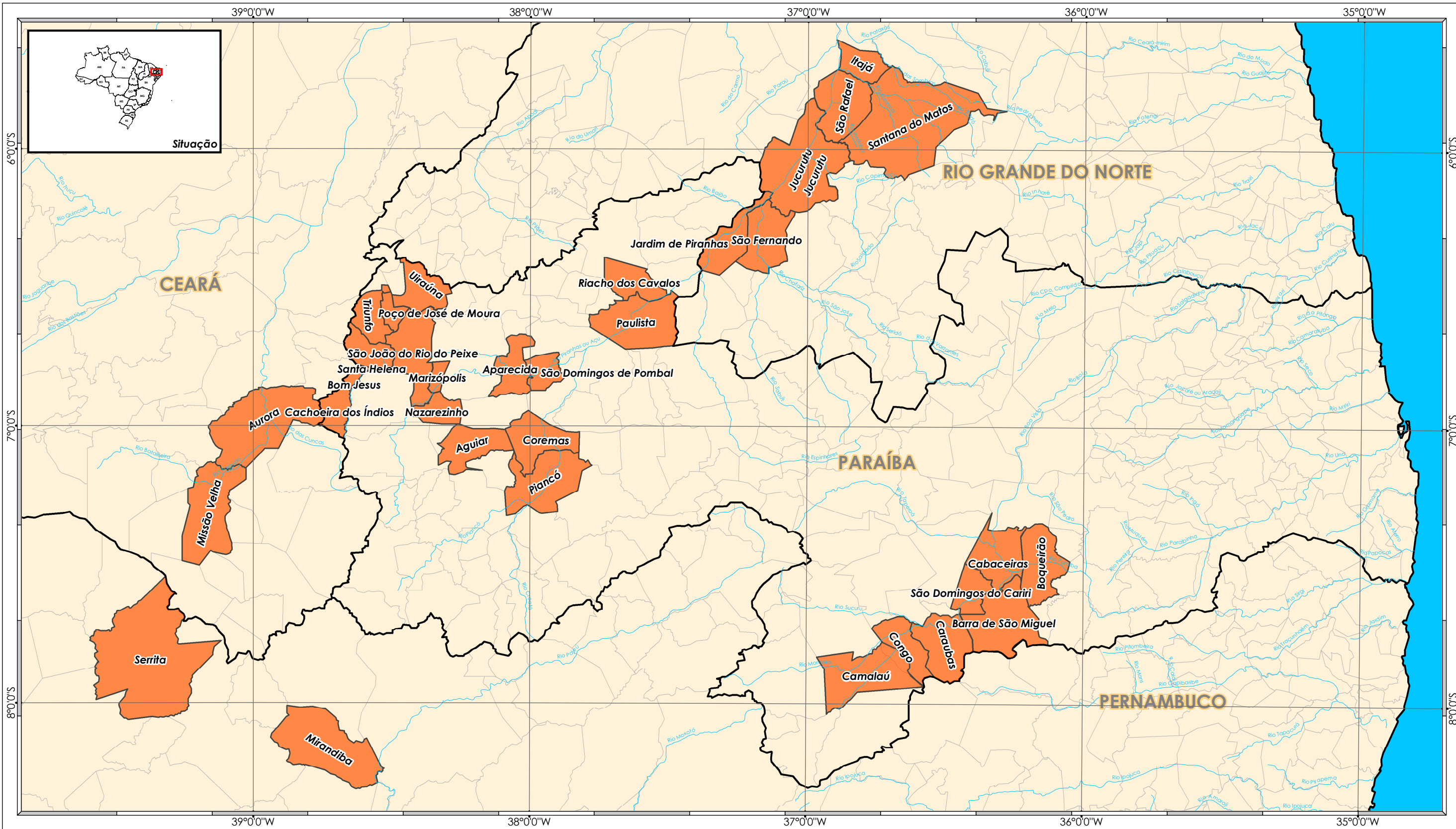
ATIVIDADE	ANO 1 - 2007												ANO 2 - 2008												ANO 3 - 2009												ANO 4 - 2010												ANO 5 - 2011												ANO 6 - 2012												ANO 7 - 2013																						
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N
PISF	[Red bar]																																																																																														
OBRAS EIXO NORTE	[Red bar]																																																																																														
OBRAS EIXO LESTE	[Red bar]																																																																																														
PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS	[Red bar]																																																																																														

**11 - PROGRAMA DE APOIO TÉCNICO ÀS PREFEITURAS**

ATIVIDADE	ANO 1 - 2007												ANO 2 - 2008												ANO 3 - 2009												ANO 4 - 2010												ANO 5 - 2011												ANO 6 - 2012												ANO 7 - 2013																						
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N
ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES DO EIXO LESTE	[Red bar]																																																																																														
ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES DO EIXO NORTE	[Red bar]																																																																																														

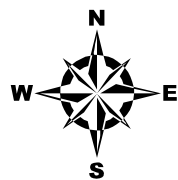
**Anexo 11.2:** Mapa com localização dos Municípios beneficiários da nova etapa.



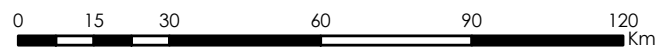


**Legenda**

- Municípios
- Divisa dos Estados
- Hidrografia
- Municípios Contemplados pelo PBA 11



Projeção Universal Transversa de Mercator  
Escala Gráfica



Origem da quilometragem: Equador e Meridiano Central 39° W.Gr  
acrescida das constantes N 10.000km E 500km  
Datum horizontal : SAD-69



**Base de dados:**

Informações Geográficas do Ibama - SISCOM  
Agência Nacional de Águas - ANA  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Produzido por: **João Eduardo Costa** Rubrica:

Verificado por: **João Bosco Senra** Rubrica:

Desenho nº: **1711-MAP-0001-94-11-003**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO  
COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO  
NORDESTE SETENTRIONAL**

**PROGRAMA 11 - APOIO TÉCNICO ÀS PREFEITURAS  
Municípios a Serem Contemplados  
com Plano Diretor**

Data: **31/01/2011**

Localização: **Região Nordeste**

Folha nº: **01**

Rev. nº.: **01**

Escala: **1:1.500.000**